



CONSIDERAÇÕES SOBRE LICENCIATURAS NA MODALIDADE EAD: O CASO ARAGUATINS (TO)

Rosani Cesário Pereira/ Unitins

Resumo: Nesta monografia se apresentam considerações sobre Licenciaturas na Modalidade de Educação a Distância (EaD). O objetivo geral da pesquisa é averiguar o desempenho dos cursos de Licenciatura dos Centros Associados ligados ao Pólo Presencial de Araguatins (Tocantins), visando promover melhorias que sejam de âmbito local na prestação de serviços educacionais. Dividida em três capítulos, sendo que o primeiro apresenta a EaD e seus aspectos legais, o segundo trata da formação de professores no Brasil e apresenta o caso do Pólo de Araguatins, seguido da Metodologia, que detalha a investigação, do tipo qualitativa e exploratória, da pesquisa de campo, a análise dos resultados obtidos, seguidos das Considerações Finais e a partir do diagnóstico promover soluções que se façam necessárias, através de aplicações dos objetivos propostos.

Palavras-chave – EADCON. Educação a Distância. Licenciaturas EaD.

1. Introdução

Todo processo educacional deve ser avaliado ao longo de seu desenvolvimento, em um processo de retroalimentação visando a excelência, através da melhora na qualidade nos serviços educacionais oferecidos. A Educação a Distância, de acordo com a definição de Houaiss (2002), “também chamada de teleeducação, é a modalidade de ensino que permite que o aprendiz não esteja fisicamente presente em um ambiente formal de ensino-aprendizagem”.

Diz respeito também à separação temporal ou espacial entre o professor e o educando e existe muita resistência às suas peculiaridades.

A relevância deste trabalho está justamente na avaliação dos cursos de Licenciatura, oferecidos pela Universidade do Tocantins (UNITINS), em parceria com

a EADCON, na modalidade EaD, nos Centros Associados ligados ao Polo Presencial de Araguatins, Estado do Tocantins, cumprindo com o objetivo geral de averiguar o desempenho dos cursos de Licenciatura dos Centros Associados ligados ao Polo Presencial de Araguatins (TO), visando promover melhorias que sejam de âmbito local na prestação de serviços educacionais.

Este trabalho, do tipo qualitativo e exploratório, foi desenvolvido com estudo de caso dos Centros Associados com subordinação ao Polo Presencial de Araguatins (TO). Tocantins, buscando levantar a situação dos cursos de Licenciatura EaD oferecidos, para a partir do diagnóstico promover soluções que se façam necessárias, através de aplicação dos objetivos propostos.

Foram analisados dados referentes ao rendimento de Acadêmicos dos cursos de Licenciatura em Letras Português/Espanhol, Matemática e Pedagogia dos 11 Centros Associados ligados ao Polo Presencial EADCON em Araguatins. Tocantins. A amostra foi de 110 acadêmicos de Graduação em Licenciaturas, sendo 10 de cada CA de um universo de mais de 1000 estudantes entre Licenciaturas (maioria entre os acadêmicos) e bacharelados vinculados ao Polo. Aplicou-se um questionário aos acadêmicos, cujos dados serão demonstrados graficamente, onde os quesitos demonstram claramente as necessidades iminentes que serão recomendadas nas Considerações Finais.

2 Educação a distância – EaD

O assunto EaD (Educação a Distância) é tão polêmico desde sua adoção como alternativas para Cursos Superiores no Brasil, segue ganhando espaço como alternativa para muitos e devido a evolução das TI's (Tecnologias da Informação), se toma parte de uma via de mão única.

Vivemos em um país de dimensões continentais, onde em muitos lugares, o acesso à educação em nível universitário é algo inviável, leva-se em conta as distâncias a serem percorridas e o seu custo, o que fatalmente aumentaria as desigualdades sociais.

A principal característica da EaD, quando se fala em cursos de graduação, por exemplo, é que, nesta modalidade de ensino o docente e seus alunos não se encontram no mesmo espaço, embora existam professores assistentes que fazem o atendimento online em tempo real e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em todas as

transmissões de aulas, além-se uma plataforma virtual com um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), como no caso da EADCON.

O avanço no conhecimento tecnológico tem contribuído muito para novas e eficazes formas de interação e aprendizagem para a EaD. Sua viabilidade é notória e sua utilização tem crescido a olhos vistos, sendo esta modalidade adotada por Instituições de Ensino, inclusive as mais conceituadas em todo o mundo. Linhares (2001, p. 37), afirma que “o impacto das transformações de nosso tempo obriga a sociedade, e mais especificamente os educadores, a repensarem a escola, a repensarem a sua temporalidade”. O autor (2001), também diz que:

Vale dizer que precisamos estar atentos para a urgência do tempo e reconhecer que a expansão das vias do saber não obedece mais a lógica vetorial. É necessário pensarmos a educação como um caleidoscópio, e perceber as múltiplas possibilidades que ela pode nos apresentar, os diversos olhares que ela impõe, sem contudo, submetê-la a tirania do efêmero (LINHARES, 2001, p. 54).

Observa-se em muitos momentos, que ao chegar ao nível superior, existe muita dificuldade para acompanhar o processo educacional. O tradicionalismo na formação do Ensino Básico ainda é a maior barreira para a quebra de paradigmas institucionais na educação, tanto por educandos, educadores e Instituições Educacionais. Muitos dos acadêmicos que chegam às salas de EaD, pouco ou nada tiveram de acesso aos recursos tecnológicos, que são ferramentas essenciais no acesso à informação. Nesse sentido Moran (2002) afirma que o acesso aos recursos tecnológicos em educação: “São da maior relevância, por possibilitar a todos o acesso às tecnologias, a informação significativa e a mediação de professores efetivamente preparados para a sua utilização inovadora” (MORAN, 2002, p. 3).

2.1 Aspectos legais da EAD no Brasil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394, de 20 de dezembro de 1996, outorgou a EaD no Brasil, garantindo amparo legal esta modalidade de ensino. No entanto, um dos critérios mais importantes foi a concessão de registro dos diplomas de cursos superiores EaD pelas Universidades Públicas, regulamentados pelo Sistema Nacional de Ensino.

Revista GepeVida 2018

Com efeito, na LDB EN (1996), em seu Artigo 80, lê-se no § 1º. A educação a distância, organizada com abertura de regimes especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. E no § 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação à distância.

Posterior à promulgação da LDB EN, o Decreto Nº. 2494, de 10 de fevereiro de 1998, destinado a regulamentar o Artigo 80 e conceituou a EaD e fixou no artigo 1º as diretrizes gerais para a autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições, estabelecendo tempo de validade para esses atos regulatórios (Art. 2º, 5º a 6º), distribuiu competências (Arts. 11 e 12), tratou das matrículas, transferências, aproveitamento de estudos, certificados, diplomas, avaliação de rendimento (Arts. 3º a 8º), definiu penalidades para o não atendimento dos padrões de qualidade e outras irregularidades (Art. 2º, & 6º) e determinou a divulgação periódica, pelo Ministério da Educação (MEC), da listagem das instituições credenciadas e dos cursos autorizados (Art. 9º).

O Decreto 2494/98, estabeleceu, entre outros, que:

- (a) Os cursos a distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horários e duração, obedecendo, quanto for o caso, às diretrizes curriculares nacionais.
- (b) As instituições, para oferecerem cursos de EaD que conduzam a certificados de conclusão ou diplomas de EJA, educação profissional, ensino médio e graduação, necessitam de credenciamento especial do MEC.

O texto original do Decreto Nº. 2.494 é bastante conciso em seus treze artigos, porém se apresenta incerto, de certa forma genérico em relação a seu objetivo fim. Assim sendo, no que diz respeito à formação *Stricto sensu*, a oferta de programas de Mestrado e Doutorado (Art. 2º, § 1º), a regulamentação do credenciamento de instituições e de autorização e reconhecimento de cursos de educação profissional e de graduação (Art. 2º, § 2º) e os procedimentos, critérios e indicadores da avaliação (Art. 2º, § 5º) dependeu de regulamentações posteriores.

Com a publicação do Decreto Nº. 2.561 (27 abr 1998), corrigindo o disposto nos Artigos 11 e 12 do Decreto anterior, se tratam fundamentalmente da competência dos sistemas estaduais e municipais de ensino.

No Decreto de fevereiro, esses sistemas podiam regular a oferta de EaD destinada ao Ensino Fundamental de Jovens e Adultos (EJA) e ao Ensino Médio na mesma modalidade. O Decreto de abril amplia essa competência, acrescentando o Ensino Profissional de nível Técnico. O Decreto Nº. 5.622 foi promulgado em de 19 de dezembro de 2005, complementado, posteriormente, pelo Decreto Nº. 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Estes dois Decretos tornam a regulamentar o Artigo 80 da LDB EM (1996), desta vez de forma muito mais concreta e detalhada, e revogam os Decretos anteriores, passando a incorporar seu conteúdo quase que na totalidade. Os documentos estabelecem normas para EaD e tratam, principalmente, do credenciamento de instituições Educacionais para a oferta desta modalidade de ensino e da autorização e reconhecimento de cursos criados para EaD. Os Decretos citados também apresentam com detalhes as exigências para credenciamento de Instituições Educacionais para a oferta de EaD, de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, de identificação de deficiências e irregularidades e suas devidas ações corretivas e punitivas, de formação de consórcios, parcerias, convênios e acordos, entre outros.

3 Educação a distancia e a formação universitária

Quando a EaD no Brasil iniciou sua jornada de crescimento acelerado, logo no início do Século XXI, o processo foi movimentado integralmente pelas Instituições Públicas (Federais e Estaduais), conforme recomendado pela LDBEN (1996).

Tal fato ocorreu porque o Decreto Nº 4494/1998 abriu explicitamente o campo da EaD para a iniciativa privada, o que se notava implícito na LDB EN(1996), porém pendente de regulamentação mais reguladora, embora não haja sido conferida qualquer direção ou limites precisos.

Na época, o grande alvo foi a Formação Universitária, uma vez que ainda hoje, existe uma grande demanda de professores qualificados para atuar no Ensino Básico, conforme previsto no Artigo 87, & 4º da LDB EN (1996), que determina que “até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em Nível Superior ou formados por treinamento em serviço”.

A partir de 2002, a iniciativa privada também se credenciou para a oferta de Educação a Distância e o fez com uma velocidade impressionante.

Revista GepeVida 2018

De acordo como Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) de 2016, o credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES) para a oferta de EaD, passou por um processo evolutivo de crescimento a olhos vistos, conforme demonstrado graficamente a partir das próximas páginas.

O uso combinado de tecnologias e do trabalho presencial possibilitou o desenvolvimento de atividades tais como:

Teleconferências: aulas ministradas por convidados especiais, que através de exposições, análises de matérias gravadas e debates, discutem os temas centrais do programa. Transmitidas para todos os alunos, simultaneamente, a partir de um estúdio montado na TV Cultura. Os alunos interagem através do uso de fax e e-mail.

Videoconferências: aulas ministradas por docentes das Universidades que abordam o referencial teórico-conceitual do curso. Cada videoconferência poderia ser transmitida para 4/5 salas de aula, de cerca de 40 alunos, permitindo a interação dos diferentes grupos em tempo real. O programa desenvolveu uma sistemática de treinamento e um manual de referência para os professores que se utilizavam das tecnologias envolvidas, visando explorar ao máximo seu potencial pedagógico.

Trabalhos monitorados: apoio à aprendizagem mediante aprofundamento dos temas trabalhados nas teleconferências e videoconferências. As sessões de trabalho monitorado foram de três tipos: sessões on-line (orientadas por professores assistentes, via intranet), sessões off-line (apoiadas pelos professores-tutores de forma presencial) e sessões de suporte (desenvolvidas autonomamente pelos alunos-professores a partir de atividades previamente designadas).

Para estas modalidades os docentes desenvolveram um material de apoio específico para o programa, tanto para circulação na Web, quanto impresso.

O programa já produziu, com formato editorial próprio, conteúdos impressos de apoio ao estudo e aprendizado e 16 sessões de Learnig Space, ambiente de aprendizagem utilizado para o desenvolvimento dos trabalhos on-line, muito similar ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que a Universidade do Tocantins (UNITINS) utiliza atualmente.

Existe também um programa próprio de capacitação para os professores-assistentes (que interagem on-line) e de acompanhamento e avaliação das possibilidades de trabalho e interação suscitadas pelo trabalho monitorado on-line.

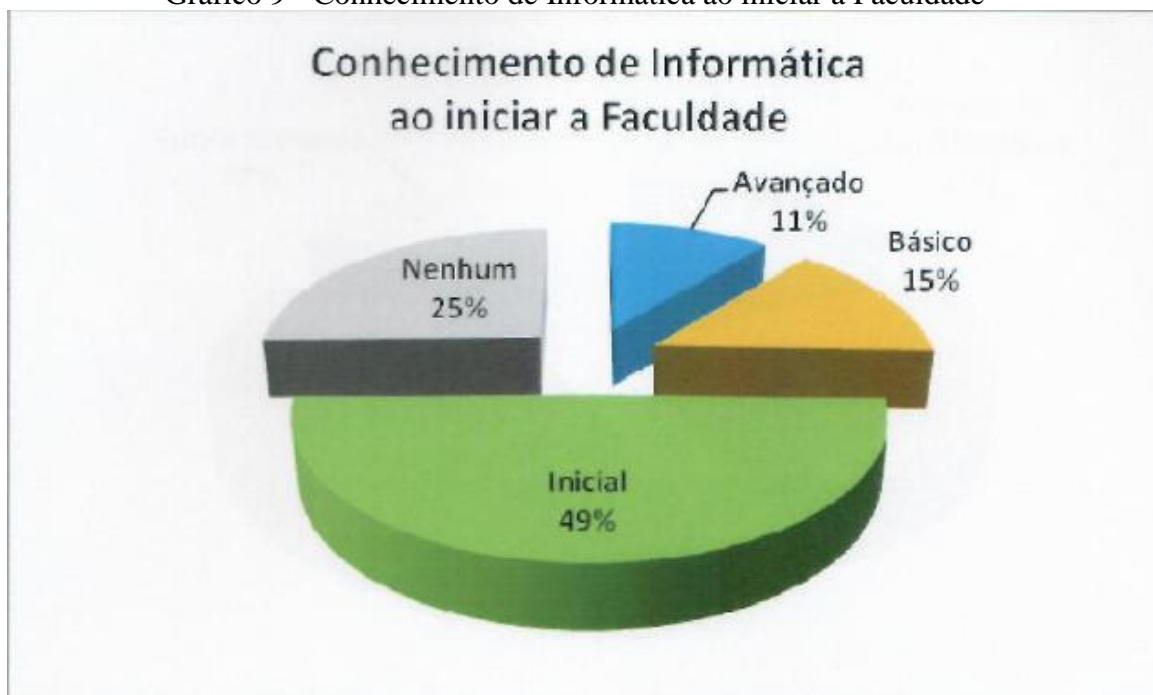
- Vivências Educadoras: atividades práticas pedagógicas que acompanham o processo de formação, propondo a articulação dos referenciais teórico-conceituais com a prática dos professores. Neste momento do curso, concentram-se em torno do tratamento didático do estudo das diferentes áreas curriculares.
- Oficinas Culturais: atividades que objetivam ampliar o universo cultural dos alunos-professores no que diz respeito aos diferentes usos da leitura e da escrita e às várias manifestações artísticas.

Existe também um programa próprio de capacitação para os professores-assistentes (que interagem on-line) e de acompanhamento e avaliação das possibilidades de trabalho e interação suscitadas pelo trabalho monitorado *on-line*.

3.1 Tabulação dos dados

O questionário possuía quatro perguntas de múltipla escolha, cujas respostas serão comentadas a partir de sua demonstração gráfica, a saber:

Gráfico 9 - Conhecimento de Informática ao iniciar a Faculdade

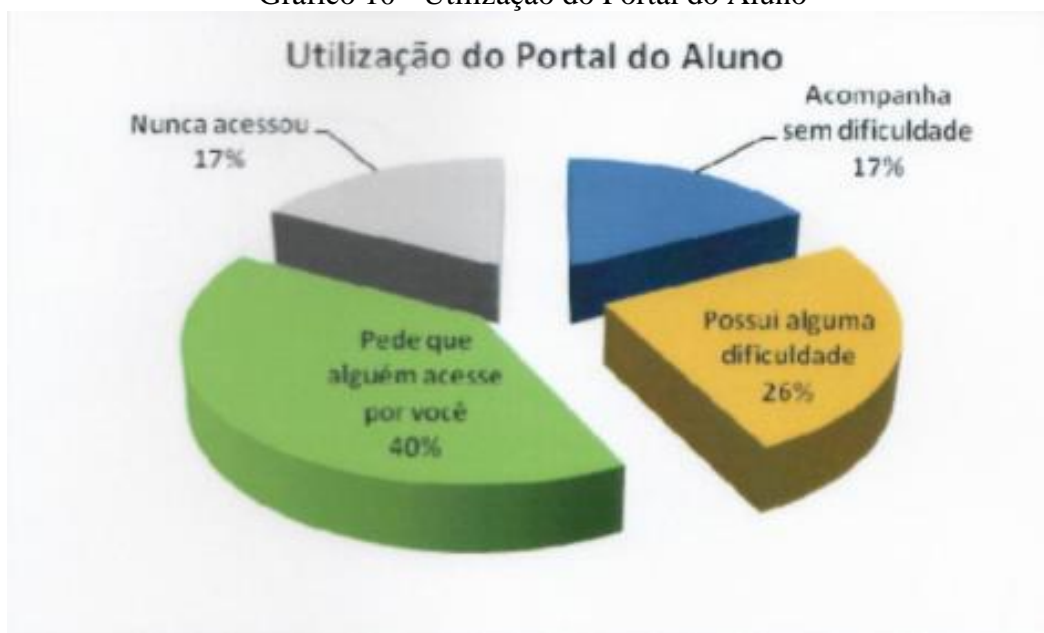


Fonte - Arquivo da pesquisa

Revista GepeVida 2018

Dos 110 acadêmicos entrevistados, 12 deles, equivalendo a 11% do total afirmaram possuir conhecimento avançado em Informática; 16 acadêmicos, somando 15% do total afirmaram ter conhecimento básico; 54 acadêmicos, 49%, responderam ter conhecimento inicial ou elementar, enquanto que 29 acadêmicos, 25% do total dizem não ter nenhum conhecimento de informática quando iniciaram os cursos de Graduação.

Gráfico 10 - Utilização do Portal do Aluno



Fonte - Arquivo da pesquisa

Dos 110 acadêmicos entrevistados, 19 deles, equivalendo a 17% do total afirmaram jamais ter acessado o Portal do Aluno; outros 19, somando igualmente 17% do total afirmaram acompanhar as atividades sem qualquer dificuldade: 29 acadêmicos, 26%, responderam acompanhar as atividades com alguma dificuldade, enquanto que 44 acadêmicos, 40% do total dizem que quando precisam acessar o Portal do Aluno, solicitam que uma terceira pessoa faça o login por eles.

Gráfico 11 - Interação nos Fóruns



Fonte - Arquivo da pesquisa

Dos 110 acadêmicos entrevistados, 14 deles, equivalendo a 12% do total afirmaram que nunca acessam os fóruns das disciplinas; 24 acadêmicos, somando 20% do total afirmaram utilizar a ferramenta sem qualquer dificuldade; 23 acadêmicos, 25%, responderam ter alguma dificuldade nos fóruns, enquanto que 49 acadêmicos, 45% do total dizem quando precisam acessar os fóruns, solicitam que uma terceira pessoa faça o login por eles.

Gráfico 12 - Dificuldades encontradas no curso



Fonte - Arquivo da pesquisa

Dos 110 acadêmicos entrevistados, 16 deles, equivalendo a 15% do total afirmaram que sua maior dificuldade está em utilizar a Internet; 15 acadêmicos, somando 13% do total afirmaram não possuir qualquer dificuldade no desenvolvimento das atividades propostas; 35 acadêmicos, 31%, responderam que sua maior dificuldade é a participação nos fóruns das disciplinas, enquanto que 45 acadêmicos, 41% do total dizem que a interação no Portal do Aluno e o que mais dificulta sua participação.

4 Considerações finais

Existe muita resistência em adotar-se a Educação a Distância, da mesma forma que muitos se prestam a tecer críticas, sem, contudo fundamentar seus comentários, ou sequer apontando alternativas para possíveis falhas.

Os cursos com grande número de alunos, a qualidade nem sempre atinge seu ápice em todo o grupo, considerando as exigências de capacitação de suas equipes pedagógicas, principalmente no que diz respeito aos tutores.

Ao falar os acadêmicos durante a aplicação do questionário, muito se falou sobre as peculiaridades de cada CA, seus pontos fortes ou não, que na maioria dos casos, são comuns a todos.

Percebe-se na interpretação dos gráficos que detalham o questionário que o ponto mais delicado e a dificuldade dos acadêmicos em interagir com o ambiente virtual, muitas vezes recorrendo ao tutor de sala de aula, para auxiliar ou mesmo substituí-los na realização das tarefas propostas.

Como as visitas foram em dias normais de aula, se observou que alguns alunos permanecem fora da sala de aula, outros que logo que recebem a presença no dia letivo, saem e não retornam.

É fato que, permanecer durante mais de três horas frente a uma TV assistindo a uma aula, não é tarefa das mais fáceis, porém, as aulas estão ficando mais dinâmicas e interativas, diminuindo este desconforto por parte dos acadêmicos.

O material didático é bastante intuitivo e diversificado, embora nas disciplinas que envolvem cálculos, tanto em cursos de Licenciatura quanto nos Bacharelados, estes

Revista GepeVida 2018

se apresentam em exemplos muito diferentes dos demonstrados nas tele-aulas, dificultando o aprendizado.

Quanto à avaliação formal, realizada em forma de questões de múltipla escolha, podem levar ao questionamento sobre sua funcionalidade e se este instrumento massificado realmente se mostra eficaz na averiguação da aprendizagem de forma significativa.

Cursos presenciais também, em muitas situações utilizam avaliações objetivas para um grande número de alunos - como é o caso dos vestibulares, por exemplo.

Apesar de existirem tais semelhanças, isto não exige às instituições que oferecem Educação Superior na modalidade EaD, como no Pólo de Araguatins, de buscar um processo avaliativo mais formativo que somativo e de certa forma ainda conteudista.

Ao se apresentar estas considerações, se demonstra o grau de satisfação dos acadêmicos sob alguns aspectos consultados, em contrapartida, percebe-se que seu desempenho oscila conforme o grau de exigência da Instituição Educacional.

Considera-se importante realizar um feedback das observações realizadas nesta Monografia, para buscar-se aprimorar os pontos considerados como deficitários nos cursos EaD na UNITINS, em particular nos CA's vinculados ao Pólo de Araguatins, o que seguramente terminará refletindo em toda a Rede, em busca da excelência acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência. O dilema da educação.** São Paulo: Loyola - 10ª Ed. 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **IES credenciadas para a oferta de EaD.** Disponível no site: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>> Acesso em 14 jun 2009.

DACOREGGIO, Marlete dos Santos. **Ação docente: uma ação comunicativa, um olhar para o ensino superior e a distância.** Ed. revista: Florianópolis, edição da autora. 2001.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 2007.

Revista GepeVida 2018

LITWIN, Edith. (org.) **Tecnologia Educacional - política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MORAN, José Manuel. **Novos caminhos do ensino a distância**. In Informe CEAD - Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro, ano 1, N°. .5, out-dez 2002. 9 p.

_____. In RICARDO. Eleonora Jorge (org.). **Educação Corporativa e Educação a Distância**. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2005, 204 p.

_____. MASETTO. Marcos & BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 5ª ed. São Paulo: Papirus, 2004, 339 p.

_____. NÓVOA. Antônio (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995.

_____. Concepções e práticas de formação contínua de professores. In **Formação Contínua de Professores: Realidades e Perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

_____. SEVERINO. A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. SILVA, Mozart Linhares. **A urgência do tempo: novas tecnologias e educação contemporânea**. In (org.) **Novas Tecnologias: educação e sociedade na era da informática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 11-38.

_____. SOARES, Maria Susana A. (Org.) **A Educação Superior no Brasil**. Brasília, CAPES - UNESCO, 2002, p 251-274.

Recebido em dezembro de 2018.

Aceito em dezembro de 2018.